



AÇÕES EDUCATIVAS NA GESTÃO DAS EMPRESAS: CONTRIBUIÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL (PBA)

Silva, Magdalena Fernandes da¹.

¹ Consultora autônoma, Mestre em Educação e Dra. em Meio Ambiente e Desenvolvimento, magfersil@gmail.com.

Linha Temática nº 04: Educação ambiental, gestão ambiental e políticas públicas.

Palavras-chave: educação ambiental, licenciamento, gestão ambiental de empresas.

RESUMO

O objetivo deste ensaio é analisar a inserção da Educação Ambiental durante a instalação e operação dos empreendimentos potencialmente poluidores, em especial no âmbito do Plano Básico Ambiental (PBA), com o propósito de contribuir para o aprimoramento do “Termo de Referência para Programas de Educação Ambiental no Processo de Licenciamento Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul”. Utilizou-se como metodologia a pesquisa exploratória, tendo em vista o pouco conhecimento acumulado e sistematizado. As fontes de dados e informações são referências bibliográficas sobre as atividades educativas desenvolvidas por empresas no ambiente de trabalho e/ou comunidades direta ou indiretamente afetadas por suas atividades. Porém, preponderantemente, baseia-se na experiência pessoal da autora e em reflexões que vem desenvolvendo com foco neste campo com alguns profissionais responsáveis pela execução de Programas de Educação Ambiental em diversas modalidades de empreendimentos. Foram analisados em especial as bases teóricas das relações sociais centradas no modo de produção capitalista e a sistematização das práticas educativas na estrutura da gestão ambiental das empresas, tendo em vista a relevância desses temas na definição dos conteúdos e métodos da Educação Ambiental e no cumprimento dos objetivos gerais firmados na legislação e em compromissos governamentais. Conclui-se que, embora o Termo de Referência do Imasul constitua-se em um documento importante para orientar as ações que compõem o Programa de Educação Ambiental no processo de licenciamento das empresas, é possível aprimorá-lo com relação aos aspectos analisados, imprimindo-lhe maior efetividade.



INTRODUÇÃO

Nos primeiros anos da década de 1980, no que diz respeito às espécies vegetais e animais e seus habitats, a tônica das ações de educação ambiental esteve centrada em Mato Grosso do Sul na difusão de informações sobre os aspectos básicos da ecologia enquanto disciplina biológica: cadeias e pirâmides tróficas, ciclos biogeoquímicos, etc.; a partir daí, se apelava ao emocional das pessoas para que as espécies fossem preservadas. “Conhecer para amar; amar para preservar” era um dos lemas favoritos. Concretamente, em suas relações sociais e econômicas e, obviamente, com seus interesses e responsabilidades reais, o homem nunca aparecia. Era como se, por si mesmas, as espécies tivessem valor.

Em 1988 a educação ambiental tornar-se-ia exigência constitucional nas esferas federal, estadual e municipal. Porém, a concepção de Educação Ambiental continuaria sendo objeto de crítica por diversos autores na década de 1990, tendo em vista embasar-se em conceito “desconectado da realidade viva e concreta”, onde o homem ou as questões sociais estavam ausentes.

Posteriormente, esta inserção humana seria objeto da Política Nacional de Meio Ambiente, que definiu como objetivo da educação ambiental fornecer subsídios para a formação de hábitos que permitam o uso sustentável dos recursos naturais, colaborando para um ambiente adequado à sadia qualidade de vida. Tal sustentabilidade é viabilizada por meio de “ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente” (Lei nº 9.795/1999, art. 1º), particularmente no que se refere à responsabilidade dos empreendimentos econômicos por adotarem e se comprometerem com tais ações educativas.

No entanto, a introdução do homem no debate representa só o começo do processo de tomada de consciência acerca da problemática ambiental. Definir este homem significa considerá-lo histórico, como a única forma de apreendê-lo concretamente, isto é, em suas relações sociais. Daí ser imprescindível a inserção de considerações históricas, econômicas e sociais na concepção dos programas de Educação Ambiental em qualquer meio em que estes se realizem, escolares, acadêmicos ou no mundo do trabalho (SILVA, 1997).

O objetivo deste ensaio é analisar sob essa ótica a inserção da Educação Ambiental nas práticas educativas empresariais no processo de licenciamento da instalação e



operação dos empreendimentos potencialmente poluidores, em especial no âmbito do Plano Básico Ambiental (PBA).

O presente trabalho não tem a pretensão de apresentar receitas para a Educação Ambiental nos ambientes empresariais. Busca-se contribuir para o aprimoramento dos procedimentos educacionais desenvolvidos nas empresas, como uma necessidade historicamente engendrada e, portanto, com conteúdo e métodos que considerem as concepções de natureza e as relações socioambientais colocadas pelo atual modo de produção da vida.

METODOLOGIA

Este estudo baseia-se em pesquisa exploratória, que se caracteriza pela reflexão sobre temáticas que tenham pouco conhecimento acumulado e sistematizado, como é o caso da inserção da Educação Ambiental nas empresas. Sendo uma sondagem, não formula hipóteses, embora estas possam surgir durante o desenvolvimento do estudo.

As fontes de dados e informações são referências bibliográficas sobre as atividades educativas desenvolvidas por empresas no ambiente de trabalho e/ou comunidades direta ou indiretamente afetadas por suas atividades. Porém, preponderantemente, baseia-se na experiência pessoal da autora e em reflexões que vem desenvolvendo com foco neste campo com alguns profissionais responsáveis pela execução de Programas de Educação Ambiental em diversas modalidades de empreendimentos, tais como usinas de açúcar e álcool, linhas de transmissão de energia e rodovias, entre outros. Cita-se em especial a Bióloga Erika de Lima Duranes.

É especificamente analisado o “Termo de Referência para Programas de Educação Ambiental no Processo de Licenciamento Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul”, emitido pela Unidade de Educação Ambiental e Desenvolvimento (UEAD), que integra a Gerência de Modernização e Desenvolvimento do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), cujo propósito é orientar e fornecer subsídios para a elaboração e implantação de Programa de Educação Ambiental (PEA) pelos empreendedores como condicionante dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos modificadores do meio ambiente, conforme requer a legislação ambiental vigente.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora sejam múltiplos os aspectos envolvidos no que se convencionou chamar de Educação Ambiental, optou-se por discutir aspectos relacionados ao embasamento teórico das práticas educativas, a quem devem ser dirigidas e a sistematização das ações na estrutura empresarial. Selecionaram-se estes aspectos por considerá-los mais importantes e produtivos para o aprimoramento do Termo de Referência.

1 – O conteúdo da Educação Ambiental nas empresas: em busca da construção do pensamento crítico

De acordo com o “Termo de Referência para Programas de Educação Ambiental no Processo de Licenciamento Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul”, o conteúdo da Educação Ambiental deverá abranger práticas de gestão ambiental interna e externa do empreendimento, de forma que os trabalhadores possam avaliar os danos e riscos ambientais, assim como as consequências para a população afetada decorrentes da implantação e operação do empreendimento.

A Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), realizada em 1977 em Tbilisi, na Geórgia, estabelece que a Educação Ambiental,

[...] deverá preparar o indivíduo através da compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe os conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva que vise melhorar a vida e proteger o ambiente, valorizando os aspectos éticos.

Ao adotar o enfoque global enraizado numa ampla base interdisciplinar, a Educação Ambiental cria mais uma vez uma perspectiva geral, dentro da qual se reconhece a existência de uma profunda interdependência entre o ambiente natural e o ambiente construído.

Essa educação ajuda a explicitar a continuidade permanente que vincula os atos do presente às consequências do futuro. Demonstra, além disso, a interdependência entre as comunidades nacionais e a necessária solidariedade entre todo o gênero humano.

A Educação Ambiental deverá envolver o indivíduo num processo ativo de resolução de problemas no contexto das realidades específicas, estimulando a iniciativa, o



sentido da responsabilidade e o empenho em construir um futuro melhor. Deve buscar a formação de “um pensamento crítico, criativo e prospectivo, capaz de analisar as complexas relações entre processos naturais e sociais, para atuar no ambiente com uma perspectiva global, mas diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais que o definem” (LEFF, 2001).

Portanto, estar atento aos aspectos teórico-metodológicos da Educação Ambiental é fundamental para o sucesso das ações educativas implementadas em qualquer ambiente, incluindo o ambiente empresarial, que se constitui em lócus privilegiado onde se concretiza o processo da transformação da natureza.

Essa base teórica está ausente de maneira geral nos Programas de Educação Ambiental praticados por muitas empresas entre as investigadas por Adams (2005) e Aguiar e Araujo (2008), entre outros autores. Segundo considera a autora do presente ensaio, há necessidade fundamentalmente de inserção histórica da questão ambiental, ou seja, elucidar o papel que a natureza desempenha para as empresas, sob a mediação do trabalho. Esta visão histórica é delineada a seguir.

A imperiosa necessidade do trabalho para a produção da vida humana impõe que essa seja também a única via através da qual a natureza pode entrar em relação com os homens. Se não pode existir o homem fora do trabalho, não pode existir para o homem uma natureza que não tenha sido antes, pelo trabalho, produzida como necessidade humana, incorporada, portanto, efetiva ou potencialmente, à estrutura do trabalho. Só o trabalho possibilita retirar da natureza mesmo aqueles elementos que ela fornece diretamente ao consumo humano, pois é necessário separá-los, uma vez que a natureza ainda não socialmente mediada só se torna relevante sob o aspecto de sua possível laboralidade; como necessidade humana, portanto (SILVA, 1997).

Mais do que configurada como necessidade sensível, porém, a natureza configura-se também como consciência sensível, ou seja, só pode aparecer mental e realmente como produção humana, entrelaçada com as formas pelas quais os homens produzem concretamente a sua vida, isto é, contida na experiência humana, na práxis social.

Nesse sentido, o campo de visão da Educação Ambiental, seu método e, inclusive, seu conteúdo, estão determinados socialmente, no que diz respeito às noções de meio ambiente, ecossistema e equilíbrio ecológico, entre outras. Trata-se de noções



humanas que surgem como instrumentos que atendem a necessidades sociais. Considerada historicamente, a natureza será sempre reinventada pelo trabalho segundo formas que a ciência e a tecnologia propiciam. Os “fatos” ou “fenômenos” naturais em seu isolamento, deslocados de sua condição histórica são puras abstrações.

Na sociedade que embasa o modo de produção hoje dominante, a natureza é apropriada e transformada em meio ou objeto para a produção de mercadorias. Estas são coisas que, diretamente como meios de subsistência e objetos de consumo, ou indiretamente, como meios de produção, satisfazem necessidades humanas. A apropriação e transformação da natureza para a produção de mercadorias são desencadeadas para a satisfação não de necessidades humanas em geral, mas para a satisfação de uma necessidade particular, o lucro. É dessa forma que a natureza se apresenta aos seres humanos.

No quadro do mercado, a meta não é apenas uma crescente habilidade no manejo da natureza, mas a sua transformação completa e universal em recurso para a produção de mercadorias. Para tanto, rompem-se todos os obstáculos que possam se interpor a esse intento, quer alcançando a natureza onde ela esteja, quer penetrando-a até o âmago de sua estrutura e funcionamento, quer ainda multiplicando-a em quantidade crescente de produção. É a eficiência produtiva que interessa, é sobre ela que se baseia o progresso, que leva a humanidade para um mundo melhor, à felicidade, através do domínio da natureza, transformada em mercadoria pelo homem.

Portanto, na atualidade, ainda é no modo de produção capitalista e nas necessidades criadas pela sociedade que o embasa que se pode encontrar os elementos que possibilitem a compreensão do significado da natureza e de sua conservação. As decisões do capital que redundam em diminuição da biodiversidade e desestabilização de ecossistemas, certamente não são o resultado de nenhum mecanismo conspiratório contra a natureza ou de uma maldade intrínseca a esse modo de produção, da mesma forma que a nenhum sentimento de bondade se devem as suas eventuais práticas conservacionistas. O motor do capital é o lucro e é sob essa ótica que ele vê a natureza. Cabe à sociedade criar as condições capazes de impor-lhe as restrições que achar necessárias.



O capital tem razões objetivas para querer a conservação da biodiversidade e a estabilidade dos ecossistemas, em vista dos ganhos que já aufer e que poderá auferir de sua exploração. Por outro lado, o ecologismo está alertando para algumas situações reais de danos à qualidade de vida humana decorrentes da eliminação de espécies e de desequilíbrios ecológicos, que exigem o disciplinamento das atividades produtivas.

Na luta travada em todas as frentes, visando à transformação de um dado modo de produzir a vida, a educação cumpre um papel fundamental e imprescindível no sentido de construir conscientemente e universalizar entre todos os integrantes da formação social que se instala os conceitos coerentes com o novo ideal de homem que se propõe; entre tais conceitos, está o da natureza.

Vale ressaltar aqui as palavras de Kazue Matsushima (1991), citada por Silva (1997):

A fragilidade ideológica decorrente da superficial e imediatista reflexão e elaboração de um 'fundamento' desconectado da realidade viva e concreta favorece que se tome emprestado um conceito que soa, oportunamente 'mais ou menos bem' como Educação Ambiental e o reproduza como se ele estivesse realmente dotado de significado e sentido, isto é, como se estivesse dotado da capacidade de servir de solo e norte às ideias e práticas que portam o nome de Educação Ambiental. Ou ainda, favorece que se denomine indiscriminadamente Educação Ambiental qualquer atividade que tenha alguma relação com a natureza e ambiente, ou que venha 'embrulhada' com algo que evoca o 'ecológico' mesmo que destituído de qualquer tentativa de encontro de respostas àquela indagação que exige uma profunda seriedade e reflexão. E com isso corre-se o risco de se reproduzir e reforçar, consciente ou inconscientemente, o universo de valores da ideologia dominante. Aí parece residir um dos grandes equívocos subjacentes ao movimento que carrega o nome de 'educação ambiental'.

As atividades realizadas frequentemente estão voltadas e privilegiam mais o marketing empresarial e menos as discussões concernentes as principais questões de educação e degradação ambiental (AGUIAR; ARAUJO, 2008).

O Próprio Termo de Referência do Imasul observa que

[...] as ações educativas propostas não se articulam com os possíveis impactos e riscos socioambientais decorrentes da atividade. Da mesma maneira, não se verifica uma integração com as políticas públicas de



educação e gestão ambiental, bem como, com os demais projetos em andamento na região, nas esferas municipal e estadual.

Estas observações demonstram o quanto os PEAs estão carentes de relação com o mundo real das empresas. Sugere-se, assim, que, além da descrição do conteúdo das atividades realizadas e os materiais didático-pedagógicos utilizados nos relatórios encaminhados ao Imasul, seja particularmente enfatizada a necessidade de que, em tais conteúdos sejam explicitadas as concepções de natureza e meio ambiente e a necessidade de sua preservação frente aos objetivos políticos, econômicos e sociais colocados pelo atual modo de produzir a vida. Assim, além dos materiais.

Sugere-se ainda que sejam mais detalhados no Termo de Referência os indicadores quantitativos e qualitativos para avaliação do desempenho do PEA, pois são essenciais para se medir o cumprimento dos objetivos alcançados.

2 – Sistematização das ações educativas

De acordo com o Termo de Referência do Imasul, o PEA deve dirigir-se prioritariamente tanto aos empregados diretos em todos os níveis hierárquicos da empresa, inclusive os terceirizados, bem como às comunidades localizadas no município onde será instalado o empreendimento e nas áreas de influência direta e indireta identificadas nos estudos ambientais requeridos no processo de licenciamento.

Conforme preconiza a ISO 14001, as ações educativas devem se voltar ao pessoal que executa tarefas que possam causar impactos ambientais significativos, estabelecendo e mantendo procedimentos que façam com os integrantes em cada nível e função pertinente, estejam conscientes

- a) da importância da conformidade com a política ambiental, procedimentos e requisitos do sistema de gestão ambiental;
- b) dos impactos ambientais significativos, reais ou potenciais, de suas atividades e dos benefícios ao meio ambiente resultantes da melhoria do seu desempenho pessoal;
- c) de suas funções e responsabilidades em atingir a conformidade com a política ambiental, procedimentos e requisitos do sistema de gestão ambiental, inclusive os requisitos de preparação e atendimento a emergências;



d) das potenciais consequências da inobservância de procedimentos operacionais especificados.

Quanto à inserção da Educação Ambiental na estrutura da empresa, as atividades com esse objetivo ficam a cargo geralmente de funcionários que atuam em departamento específico ligado a área da gestão ambiental da empresa. Entretanto, no que se refere à formação desses funcionários, é raro existirem profissionais afeitos a estratégias pedagógicas adequadas para a implementação da Educação Ambiental (ADAMS, 2005).

Entretanto, diversos autores, em estudos realizados no ambiente das empresas, têm encontrado situações que revelam inexistência de sistematização e comprometimento efetivo com os princípios e objetivos da Educação Ambiental.

As práticas de Educação Ambiental são bem diversificadas em empresas certificadas pela ISO 14000, mas não há uma generalização na sistematização de implantação da Educação Ambiental (ADAMS, 2005).

A falta de sistematização reflete-se nas modalidades profissionais envolvidas. Embora o Termo afirme que a elaboração e implantação do PEA “devem contar com profissionais especializados/qualificados e, de preferência, com experiência em Programas de Educação Ambiental não-formal”, não é o que ocorre com frequência. É mais comum o envolvimento de apenas um profissional ou de profissionais não habilitados, deixando lacunas no desempenho da educação ambiental.

Da mesma forma, a ausência de sistematização também se reflete na ausência de continuidade no processo educativo. Segundo recomendação da conferência de Tbilisi, a Educação Ambiental deve ser concebida como um processo contínuo e que propicie aos seus beneficiários - graças a uma renovação permanente de suas orientações, métodos e conteúdo - um saber sempre adaptado às condições variáveis do meio ambiente.

Entretanto, isto ocorre muito raramente. Embora na recepção de novos funcionários, já se torne frequente a inserção da abordagem de temáticas ambientais, mostrando que a empresa está comprometida com as questões ambientais, na sequência, costuma haver um esvaziamento (AGUIAR; ARAUJO, 2008):

Há ações que até possuem certa eficiência, porém, por não contribuírem de forma significativa para a empresa, não recebem tamanho destaque. Isso porque a norma ISO 14001 parece ser mais utilizada com propósitos de marketing, principalmente junto aos funcionários, no sentido de fazer - até



certo ponto - uma divulgação de que o GRUPO é possuidor de um certificado internacional e, portanto, está devidamente habilitado e apto a operar dentro da área a que se propõe (AGUIAR; ARAUJO, 2008, p. 159).

Poucas empresas realizam atividades educativas diariamente. Poucas também o fazem mensalmente, sendo mais frequentes aquelas que realizam atividades semestrais de Educação Ambiental (ADAMS, 2005). As atividades educativas restringem-se a palestras sobre o Dia Mundial da Água, o Dia Mundial do Meio Ambiente, plantios de árvores de determinadas espécies etc. (AGUIAR; ARAUJO, 2008).

Não fica claro no Termo de Referência do Imasul o processo contínuo que deve caracterizar a Educação Ambiental.

CONCLUSÃO

A análise dos dados obtidos indica aspectos que, na opinião desta autora, poderiam ser inseridos ou alterados visando contribuir para aperfeiçoar a implementação do que eventualmente estejam ausentes nas práticas empresariais, bem como para sugerir orientações mais adequadas aos programas de Educação Ambiental inseridos nos PBAs exigidos das empresas.

Nesse sentido, considerou-se particularmente relevantes a fundamentação teórica dos conteúdos abordados, a sistematização das ações na gestão das empresas, o envolvimento dos trabalhadores e dos diversos níveis hierárquicos e a continuidade do processo educativo.

Para uma Educação Ambiental efetiva, o meio ambiente não pode ser uma abstração, uma harmonização meramente teórica de exigências ideais divorciadas da realidade social. A referência da natureza ao homem histórico, isto é, que se produz pelo trabalho, é a única via capaz de dar às espécies e ecossistemas qualquer relevância social.

Conclui-se que, embora o “Termo de Referência para Programas de Educação Ambiental no Processo de Licenciamento Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul” analisado neste trabalho, constitua-se em um documento importante para orientar as ações que compõem o PEA inserido no processo de licenciamento das empresas, é possível aprimorá-lo com relação aos aspectos analisados, imprimindo-



lhe maior efetividade, tendo em vista a consideração das condições históricas da realidade atual.

Além disso, é muito importante que a Educação Ambiental seja inserida dentro da estrutura do sistema de gestão, para que seja um processo contínuo, e ainda, realizada por equipe multidisciplinar que conte com profissionais capacitados teórica e metodologicamente. Tendo em vista a especificidade dos objetivos dos Programas de Comunicação Social, este deve continuar desvinculado dos Programas de Educação Ambiental.

Sugere-se que um amplo processo de discussão seja encetado pelo Imasul junto às consultoras e as empresas, envolvendo instituições e segmentos que realizam ações educativas para orientar a execução das ações, e posteriormente para proporcionar um feed back às empresas e consultoras.

É nesse processo que se vão definindo os rumos da Educação Ambiental nas empresas, atualmente ainda muito nebuloso, cheio de paradoxos e propostas ambíguas, embora coerente com a enorme complexidade das questões humanas colocadas na contemporaneidade. Ainda não é possível elucidar definitivamente essas questões; levantá-las, porém, já é um esforço relevante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, B.G. Um olhar pedagógico sobre a educação ambiental nas empresas. Centro Universitário Feevale. Instituto de Ciências Humanas Letras e Artes. Curso de Pedagogia. (Monografia). Novo Hamburgo, 2005.

AGUIAR, L.V.; ARAUJO, J.de. Discutindo a educação ambiental em um ambiente corporativo. Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. v.20 jan. a jun. 2008. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental.

LEFF, E. Saber Ambiental, Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, M.F. da. O verde da educação ambiental. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Mestrado em Educação. Campo Grande, MS, 1997. Dissertação (Mestrado).